

MADALENA SUCHECKI

**DESAFIOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO  
DE CASCAVEL A PARTIR DO PROJOVEM CAMPO – SABERES DA  
TERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profª Orientadora: **Lucia Helena Alencastro**

MATINHOS

2011

## DESAFIOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DE CASCAVEL A PARTIR DO PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA

Madalena Suchecki<sup>1</sup>  
Lucia Helena Alencastro<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho, objetiva analisar o contexto em que está inserido o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, observando desafios e avanços da Educação do Campo, através de sua implantação no Núcleo Regional de Educação (NRE) de Cascavel. A pesquisa se dá através do relato de vivência como coordenadora da Educação do Campo, alimentada pela Formação Continuada dos educadores envolvidos com o Programa. Busca situar o espaço rural e a educação do campo na região de Cascavel, bem como dimensionar aspectos decorrentes da implantação do Programa. A pesquisa revela uma invisibilidade da ruralidade nas escolas do campo e o desafio de fomentar o debate em torno da educação do campo a partir do ProJovem Campo – Saberes da terra, que traz um novo olhar, onde a escola passa a ser vista como espaço de vida vinculada a realidade do campo, em razão dos princípios políticos-pedagógicos da Educação do Campo, presentes nas diretrizes do ProJovem Campo – Saberes da Terra.

**Palavras-chave:** Educação, Campo, Rural.

---

<sup>1</sup> Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: madalena@seed.pr.gov.br

<sup>2</sup> Educadora Orientadora, UFPR Setor Litoral.

“Não vou sair do campo  
Pra poder ir pra escola  
Educação do campo  
É direito e não esmola”

Gilvan Santos

## 1 CONTEXTO

O currículo educacional público brasileiro, vem passando por mudanças, que iniciaram lentamente, mas bem estruturadas, o que nos faz acreditar na sua força de transformação. Tradicionalmente o currículo escolar era essencialmente urbano, homogêneo, desconsiderando especificidades como a exemplo dos moradores do campo, sejam eles: pequenos agricultores, meeiros, posseiros, arrendatários, boias-frias, assalariados rurais temporários, agricultores familiares, vileiros rurais, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, entre outros. Especificidades culturais que na sua grande maioria, não tinham visibilidade perante o currículo escolar. Esta realidade vem sendo repensada e ganhando espaço na política educacional. Desde o final da década de 1990, temos registros de importantes eventos de âmbito nacional, estadual e regional da educação no campo. Eventos que culminam com a criação de importantes documentos que dão visibilidade ao camponês e sua cultura.

São sujeitos que discutem coletivamente, se mobilizam, se organizam na busca de uma escola vinculada a sua realidade, onde o currículo tem a função de integrar os saberes das diferentes disciplinas aos saberes do camponês, de sua realidade, objetivando a reflexão da prática e a produção de novos saberes que permitam a transformação social. São reflexões oriundas de um campo vivo e em movimento que instiga educadores, pesquisadores, governantes a refletir, pesquisar e conhecer a força e a grandeza desta coletividade.

Torna-se importante ressaltar que a delimitação geográfica entre rural e urbano, usa critérios que podem camuflar a realidade do campo. Para o Instituto de Geografia e Estatística – IBGE o limite entre o rural e o urbano é delimitado a partir do território, a localização geográfica, desconsiderando a população e sua cultura. Na busca de critérios que melhor represente a realidade e identidade popular, pesquisadores concordam em considerar a população (absoluta e relativa) de cada município, bem como sua ocupação econômica. Com base neste conjunto de critérios, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE o Paraná é um estado essencialmente rural.

O Núcleo Regional de Educação (NRE) de Cascavel abrange 18 municípios com 94 escolas estaduais, onde 05 acolheram turmas do Programa ProJovem Campo – Saberes da terra.

O presente trabalho objetiva analisar o contexto em que está inserido o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, observando desafios e avanços da Educação do Campo, através da implantação do Programa no NRE de Cascavel.

## 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO - HISTÓRICO

### 2.1 A Educação do Campo no Brasil

No Brasil, nas últimas décadas, vivenciamos profundas mudanças no campo educacional. São alterações provocadas por movimentos sociais que se organizam e se fortalecem na luta pela escola pública como: direito social e dever do Estado. A partir destas lutas a Educação do Campo foi reconhecida como Política Pública de direito, que considera os saberes, e a cultura dos povos do campo, superando a educação tradicional, comumente desconectada da realidade e voltada para o mercado. A luta é por uma escola que deve ser **No** e **Do** campo,

[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [Do, pois] “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p.26).

Em 1997 o movimento por uma Educação do Campo tem como marco histórico significativo o I Encontro de Educadores e Educadoras da reforma Agrária (I Enera), onde “foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto” (DCE Educação do Campo, 2010, p.19). Consequentemente em 1998 ocorre a “I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo”, “evento que foi uma espécie de “batismo coletivo” da luta dos movimentos sociais e das educadoras e dos educadores do campo pelo direito à educação” (Org. Arroio, 2008, p.16). O movimento popular criado em torno de um novo projeto educacional para os povos do campo, leva o Conselho Nacional de Educação a aprovar, em 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.1, de 03 de abril de 2002).

O atendimento escolar, diferenciado, das pessoas que vivem e trabalham no campo é previsto e normatizado pelas Diretrizes Operacionais, onde “prescreve a adequação de calendário escolar às condições climáticas e ao ciclo agrícola bem como a contextualização da organização curricular e das metodologias de ensino às características e realidades da vida dos povos do campo.” (BRASIL, 2008, p.20).

Encontramos um currículo escolar diferenciado para os povos do campo, como previsto pelas Diretrizes Operacionais, em várias experiências educacionais. Entre estas destacamos: Escolas Itinerantes do Movimento Sem Terra (MST), Casas Familiares Rurais e no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra. O grande desafio é estender, a possibilidade de atendimento escolar diferenciado, para todas as escolas que trabalham com estudantes oriundos do campo. Repensar a escola do campo de forma que seu currículo reconheça a especificidade do campo, discuta políticas públicas para o campo, reconheça os saberes sociais construídos historicamente e se relacione com a vida no campo em sua plenitude.

## 2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ

A população camponesa não é estática como muito se apregoa, ao contrário, há um amplo e constante movimento. A dinâmica social e cultural dos camponeses paranaenses tem em seu marco histórico, a criação em 1984 do Movimento dos Trabalhadores Sem terra – MST em Cascavel, como fruto do acirramento das lutas sociais dos camponeses. Com a intensificação na formação de Acampamentos de Trabalhadores Sem Terra no Paraná, surgiu também a organização dos espaços escolares para atender crianças e jovens acampados. Iniciou um processo de busca da legalização de escola dentro dos Acampamentos, denominadas Escolas Itinerantes, onde em dezembro de 2003 o Conselho Estadual de Educação aprova o Parecer 1012/03. “Após a legalização, a primeira escola foi inaugurada em 07 de fevereiro de 2004, a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares no Acampamento Dorcelina Folador, município de Cascavel”. (Caderno da Escola Itinerante, 2008, p. 16).

Este processo educacional contava com o apoio da SEED, que atendendo reivindicação da “Articulação Paranaense por uma Educação do Campo” (criada em 2000 no Paraná, através de diversos coletivos formados por camponeses e representantes de universidades), indica a necessidade de um Departamento específico para a Educação do Campo. Essa reivindicação foi atendida em 2003, quando foi criada a Coordenação da Educação do Campo na SEED, conseqüentemente os NREs também passaram a contar com um coordenador local. “Desde então, a educação do campo passou a ter um espaço de articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada” (PARANÁ, 2010, p.22). A nova coordenação passa a compor o Departamento da Diversidade na SEED.

### 2.2.1 A Ruralidade Paranaense

Com base na publicação de estudos desenvolvidos pela pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – Valéria Villa Verde (2004), em seu texto “O Rural mais do que Agrário”, o estudo do rural agrário está ancorado em uma produção científica e na reflexão do rural para além da fronteira agrária, considerando também a relação de dimensões como: espacial, ambiental, demográfica e cultural. Para esta análise é necessário dimensionar o rural e o urbano. “Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a definição de rural deriva de perímetro urbano. Assim, o que estiver fora da sede urbana é rural. Por sua vez, o perímetro urbano é definido pelo município, por meio de sua câmara, atendendo, portanto, a critérios políticos e econômicos do local”. (IPARDES, 2004, p.08)

No estudo do rural mais do que agrário, Verde (2004), a definição do rural considera a dimensão ambiental (relação da produção agropecuária, com as áreas de preservação ambiental e com a paisagem específica do rural). Mas é a população, fator preponderante no estudo e definição do rural mais do que agrário. Para ela a população (número total de habitantes e a densidade demográfica), é referencial para a análise do rural. A cultura é um elemento significativo neste estudo, mas não é determinante, uma vez que pela sua ampla diversidade de manifestação se dá de forma dispersa espacialmente, tornando um elemento de difícil contabilização para as pesquisas de campo, exige estudos mais específicos para seu reconhecimento como fator determinante do rural.

Para utilizar o tamanho da população de um município como indicador de classificação entre rural e urbano a pesquisadora do IPARDES revela que “há um certo entendimento entre pesquisadores em considerar rurais os municípios com menos de 20 mil habitantes”. (IPARDES, 2004, p.11).

Para melhor conhecer a realidade dos municípios paranaenses e sua ruralidade, serão utilizados dados do Censo Demográfico 2000 – IBGE para análise,

tendo como base: a população (número de habitantes), a densidade demográfica e a PEA - População Economicamente Ativa (considerando a população com atividades na agropecuária e nas indústrias de base agrícola).

Adotou-se como critério para a definição dos espaços rurais municípios cuja população total é de até 20 mil habitantes. Esse corte tem sido utilizado por vários organismos. No Brasil, o demógrafo George Martini (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 59), entre outros, propõe considerar como cidades as aglomerações a 20 mil habitantes. Entende-se que esse limite abrange e capta uma realidade essencialmente rural de um número expressivo de municípios paranaenses. Agrega-se ao critério tamanho da população e o de densidade demográfica. Nesse caso, adotou-se o critério proposto por Eli da Veiga (2002) para definir municípios de pequeno porte. Essa medida é conferida pela densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km<sup>2</sup>. Complementarmente, adotou-se também como critério a variável população economicamente ativa (PEA) ocupada na agropecuária e ocupações industriais de base agrícola. (IPARDES, 2004, p.23)

O resultado do Censo revela que dos 399 municípios paranaenses, quase 90% possuem população total inferior a 20 mil habitantes (216 municípios têm menos de 10 mil habitantes, destes, 95 tem menos de 5 mil habitantes). Considerando as variáveis população e economia: municípios com população até 20.000 hab; densidade abaixo de 80 hab./km e 50% da população total ocupada atividades agropecuária ou indústria de base agrícola, podemos perceber o Estado essencialmente rural, mesmo considerando as três variáveis juntas, o rural se sobrepõe em 58,2% dos municípios do Paraná. Dar visibilidade a esta realidade é fundamental para entendermos a necessidade de uma educação que considere seus sujeitos e seu modo de vida no currículo escolar.

### 2.3 A Educação do Campo no NRE de Cascavel

Desde 2004 o Núcleo Regional de Cascavel conta com um coordenador da Educação do Campo que entre outras ações acompanha o trabalho pedagógico de escolas do campo com diferentes construções históricas, entre elas:



- Acampamento da Reforma Agrária (MST) - Escola Zumbi dos Palmares, localizada no Acampamento Primeiro de Agosto no município de Cascavel;
- Assentamento da Reforma Agrária - Colégio Est. Santa Luzia, localizado no Assentamento Vitória no município de Lindoeste;
- Reassentamento de Atingidos por Barragens – Colégio Est. Do Reassentamento São Francisco e Colégio Est do Reassentamento São Marcos;
- Escolas localizadas no campo ou em espaços urbanizados, que atendem estudantes oriundos do campo.

O Programa ProJovem Campo – Saberes da terra, demanda ampla atividade técnica-pedagógica, em função de suas especificidades. Desde sua divulgação (no início de 2009), passando pelo processo de levantamento de turmas, acompanhamento de editais específicos para contratação de educadores, definição de escolas acolhedoras para as turmas, entre outras ações, que foram determinantes, para o instalação do Programa em cinco municípios pertencentes ao NRE: Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Braganey, Campo Bonito e Guaraniaçu.

MAPA 01: MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS AO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CASCAVEL - PR



O NRE de Cascavel abrange 18 municípios, onde somente o município sede tem população superior a 20.000 hab, tanto nos dados da pesquisa de 2000 quanto de 2010. O que chama bastante a atenção é que muitos municípios não tiveram aumento populacional em uma década, ao contrário 12 municípios tiveram redução populacional registrada pelo censo de 2010 em relação a 2000. Ao mesmo tempo em que quase todos os municípios têm baixo índice populacional, o que revela fortes indícios de sua ruralidade, em geral esta condição não é aparente nos discursos políticos, tampouco está nos currículos escolares.

TABELA 01: POPULAÇÃO SEGUNDO CENSO DO IBGE DE 2000 E 2010 DOS MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS AO NRE DE CASCAVEL.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO EM 2000	POPULAÇÃO EM 2010
ANAHY	3.011	2.860
BOA VISTA DA APARECIDA	8.423	7.911
BRAGANEY	6.191	5.735
CAFELÂNDIA	11.143	14.316
CAMPO BONITO	5.128	4.407
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	14.377	14.859
CASCAVEL	245.369	283.193
CATANDUVAS	10.421	9.966
CÉU AZUL	10.445	11.021
CORBÉLIA	15.803	16.267
GUARANIAÇU	17.201	14.320
IBEMA	5.872	6.061
IGUATU	2.255	2.231
LINDOESTE	6.224	5.363
SANTA LÚCIA	4.126	3.924
SANTA TEREZA DO OESTE	10.754	10.237
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	11.822	11.814
VERA CRUZ DO OESTE	9.651	8.973

Em 2009, a coordenação da Educação do Campo da SEED, juntamente com os coordenadores dos 32 NREs, realizou uma pesquisa para a “avaliação sistemática das escolas de campo” de todo Estado, com o objetivo de levantar, organizar e articular informações quantitativas e qualitativas referentes à realidade educacional das Escolas do Campo. Segundo a Superintendência de Desenvolvimento Educacional – SUDE constam 423 Escolas Estaduais do Campo no Paraná, enquanto que os dados pesquisados pelos coordenadores regionais revelaram um número bem maior, contando com 584 escolas. Neste caso específico, a invisibilidade e a redução do número de escolas do campo se dão pelos critérios adotados pelo sistema, onde o fator determinante é a localização geográfica da escola, desconsiderando os sujeitos atendidos. Os 161 estabelecimentos de ensino que não aparecem no sistema da SUDE podem estar localizados em territórios rurais, mas seguem legislação municipal de zoneamento urbano (definida pelo IBGE), mesmo apresentando características socioculturais e geográficas de Escola do Campo.

No NRE de Cascavel, a pesquisa revelou realidade comum às escolas do campo de todo Estado. De acordo com dados da SUDE, 17 escolas constam como localizadas na zona rural, enquanto que, segundo o CENSO de 2008, há 28 escolas do campo. Chama a atenção a situação de escolas localizadas em Reassentamento dos Atingidos por Barragens, constam como urbana no sistema da SUDE: é o caso do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco de Cascavel e o Colégio do Reassentamento São Marcos de Catanduvas. Com base no critério de delimitação entre urbano e rural do IBGE pode ocorrer à expansão (alargamento) das áreas urbanas nos municípios, camuflando uma realidade territorial rural. As escolas localizadas geograficamente nos reassentamento estão cadastradas como escola urbana, que obviamente não condiz com sua realidade.

Outro dado importante que chama a atenção é a situação de estrutura física e acervo das bibliotecas escolares nas escolas do campo. Estão comprometidas na

maioria dos estabelecimentos pela falta de espaço físico e pela carência de acervo que contemple a sua realidade. Em geral as bibliotecas funcionam em espaços adaptados, comumente inacessíveis aos alunos e com pouco acervo adequado a realidade do estudante do campo. De acordo com informações advindas das escolas do campo pesquisadas, seguem alguns relatos<sup>3</sup>:

*“Não há espaço para pesquisa na biblioteca, mas o acervo é utilizado pelos professores e alunos”.* Escola Estadual Dom Pedro II – Guaraniaçu.

*“A biblioteca não é utilizada de maneira assídua devido à falta de espaço”.* Escola Estadual São Salvador – Cascavel.

*“Por falta de espaço, a biblioteca é utilizada apenas para guardar os livros”.* Escola Estadual Frei Gabrielangelo – Capitão L. Marques.

*“Os alunos fazem leituras na sala de aula”.* Escola Estadual Planaltina – Guaraniaçu.

A estrutura física inadequada e a falta de acervo bibliográfico voltado a realidade da escola de campo, revelam grandes desafios a superar, uma vez que denuncia o descaso dos gestores com a importância da biblioteca para a comunidade escolar, bem como revela a herança do currículo homogêneo, que não atende a especificidade local.

### **2.3.1 A Educação do Campo na Atualidade – Relato de uma experiência**

Das 28 escolas do campo, jurisdicionadas ao NRE de Cascavel, 04 são acolhedoras de turmas do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, sendo: Esc. Est. Santa Inês; Esc. Est. Santa Maria; Col. Est. Santa Luzia; Col. Est. Otávio Folda. Uma turma tem aulas no Col. Est. José Bonifácio, município de Campo Bonito (escola urbana), devido à organização do transporte escolar dos educandos.

---

<sup>3</sup>Relatos de escolas do campo coletados em 2009, durante pesquisa para a “avaliação sistemática das escolas de campo” desenvolvida pela coordenação da Educação do Campo da SEED/NRE.

“Instituído pela medida provisória nº 411/07 o **Programa Nacional de Inclusão de jovens – PROJOVEM**, que objetiva promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão. O PROJOVEM está organizado em quatro modalidades: I) ProJovem Adolescente; II) ProJovem Urbano; III) ProJovem Trabalhador; e IV) ProJovem Campo – Saberes da Terra” (BRASIL, 2008, p.15).

O ProJovem Campo – Saberes da Terra é um Programa Nacional de Educação de Jovens em nível fundamental na modalidade de EJA, integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares. O educando, ao concluir o programa, terá certificação de conclusão do **“Ensino Fundamental com Qualificação Profissional em Produção Rural Familiar”**. Programa implementado pelo MEC através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). (Parecer nº 436/09 do CEE). No Paraná executado pela SEED, através do Departamentos da Diversidade - Educação do Campo e Departamento de Educação e Trabalho

A divulgação do Programa e levantamento de demandas se deu no primeiro semestre de 2009, onde no NRE de Cascavel, 12 municípios apresentaram interesse com demanda para 15 turmas ao todo (Parecer CEE/CEB N.º 436/09 que trata da Implantação do ProJovem Campo - Saberes da Terra). Durante o processo de formação das turmas, ocorrido no segundo semestre de 2009, somente cinco municípios conseguiram se estruturar para participar do Programa, totalizando 06 turmas de estudantes, com aproximadamente 120 educandos. Todos matriculados no CEEBJA Joaquina Matos de Cascavel - Escola Base, responsável pela certificação dos educandos. As aulas em todas as turmas iniciaram em fevereiro de 2010, com previsão para conclusão em meados de 2012.

As dificuldades para a formação das turmas foram inúmeras, entre elas está, de um lado, encontrar pessoas que acreditassem no Programa para assumir o papel

de mobilizador local, visto que muitos destes jovens e adultos pararam de estudar ao concluir a 1ª Fase do Ensino Fundamental (4ª Série) e, portanto não tinham relação alguma com a escola estadual. Do outro lado, o retorno à escola exigia do camponês superar os mesmos obstáculos, que um dia o levaram a deixar a escola, antes de concluir o Ensino Fundamental: falta de apoio familiar, necessidade de trabalhar na roça, dificuldade de deslocamento e falta de transporte escolar.

Um ponto importante no Programa é a Formação Continuada de Educadores e Coordenadores que atuam no ProJovem Campo – Saberes da Terra, responsabilidade de Instituição de Ensino Superior Pública, no caso do Paraná o compromisso foi assumido pela Universidade Federal do Paraná – UFPR – Setor Litoral, em parceria com a SEED. A formação continuada com carga horária de 360h permite a certificação em nível de extensão universitária e/ou pós-graduação lato sensu. O grande valor pedagógico da formação continuada dos educadores e coordenadores de turma são os princípios políticos-pedagógicos da Educação do Campo, presentes nas diretrizes do ProJovem Campo – Saberes da Terra, articulados à prática pedagógica, uma vez que a formação continuada caminha paralela ao desenvolvimento das aulas do Programa.

Outro ponto de extremo valor pedagógico, da formação continuada dos educadores e coordenadores de turma, é a real possibilidade de expansão de uma prática docente renovada, voltada às especificidades do campo. Pois, certamente está formação será levada para outras turmas de educandos das escolas do campo, uma vez que todos os educadores também trabalham em turmas do ensino regular e, comumente trabalham em mais que uma escola do campo.

### 3 CONSIDERAÇÕES

Analisando a ruralidade paranaense, os critérios oficiais da delimitação de sua territorialidade, que muitas vezes ofusca sua dimensão espacial, percebemos o

quanto avançamos. Muitas vezes ficamos parados frente ao poder do Estado, mas conhecendo o movimento popular e a sua grande força gerada em torno da construção da educação do campo, percebe-se que a zona de conflito entre as duas forças é de extrema importância. Alimenta a necessidade de continuidade da luta da escola pública como direito social e humano e dever do Estado, que por muito tempo foram minimizados, principalmente pela invisibilidade dos povos do campo.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra estimula o debate em torno da necessidade da educação do campo, em todas as escolas que atendem estudantes oriundos do campo. Experiência está, vivida atualmente, pelas escolas acolhedoras de turmas, que podem contar com a contribuição, do grupo de educadores do ProJovem, para repensar a prática pedagógica. Um grande avanço é o novo olhar, dos envolvidos com o Programa: escola acolhedora, educadores, educandos e seus familiares, para a escola do campo. Onde a escola passa a ser vista como espaço de vida vinculada a realidade do campo. “O repensar da docência surge quando um coletivo reúne-se para discutir a educação e a vida na escola, ou quando as vivências dos sujeitos do processo pedagógico interrogam as práticas tradicionais na educação.” (SOUZA, 2006, p.8).

O grande desafio é fazer ecoar o trabalho pedagógico do ProJovem Campo – Saberes da Terra para as outras escolas do campo, pertencentes ao NRE de Cascavel, interrogar as práticas tradicionais na educação alimentados pela vivência do processo pedagógico do ProJovem Campo – Saberes da Terra.

#### 4 REFERÊNCIAS

ARROIO, M. G.; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo - Saberes da Terra. **Projeto Político Pedagógico** – Brasília: MEC/SECAD, 2008.

CALDART, Roseli S. Por uma educação do campo; traços de uma identidade em construção. In: **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas- Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

\_ **Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências**. Cadernos da Escola Itinerante – MST. ANO VIII – Nº1 - Curitiba 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2010.

SOUZA, Maria Antônia de. **A Prática Educativa e a Pesquisa no Movimento Social**. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR, v.1, n.1, p.7-18, jan-jun 2006.

VERDE, Valéria V. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social – IPARDES. Curitiba, Pr. 2004.

**População segundo censo do IBGE de 2000 e 2010 dos municípios jurisdicionados ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel**. Disponível em <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php)>, acesso em 08 de set. de 2011.

**Municípios Jurisdicionados Ao Núcleo Regional De Educação De Cascavel**.

Disponível em

<<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php>>, acesso em 08 de set. de 2011.